



3936 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT16 - Educação e Comunicação

JUVENTUDE CONECTADA: MARCAS DO LETRAMENTO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Wania Dias da Cruz - UNEB - Universidade do Estado da Bahia
Thais Maia dos Santos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia
Obdália Santana Ferraz Silva - UFBA - Universidade Federal da Bahia

JUVENTUDE CONECTADA: MARCAS DO LETRAMENTO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Este estudo tem como objetivo provocar reflexões sobre o letramento político revelado pelas juventudes no Facebook, tomando essa rede social como espaço informal de ensino e aprendizagem. Ainda em andamento, a pesquisa tem repertoriado percursos conceituais e principais referências sobre juventudes e letramento político.

Palavras-Chave: Redes Sociais; Juventudes; Letramento Político

JUVENTUDE CONECTADA: MARCAS DO LETRAMENTO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

1 EDUCAÇÃO INFORMAL: REDES SOCIAIS COMO AGÊNCIA DE LETRAMENTO

Em 2016, estudantes de vários estados brasileiros ocuparam escolas e universidades em uma mobilização contra a Reforma do Ensino Médio e o projeto Escola sem Partido, que suscitaram reflexões sobre a participação da juventude na política, bem como sobre o potencial pedagógico de espaços outros, para além das tradicionais salas de aula.

Trilla (2008), através do conceito de educação informal, defende que o processo de ensino e aprendizagem acontece além dos muros escolares, no âmbito do meio social, sem a sistematização e o rigor dos currículos e metodologias do ensino formal. Para ele, trata-se de um processo que dura a vida inteira, que valoriza o conhecimento tácito adquirido e acumulado a partir de experiências diárias e de sua relação com o meio em que estão inseridas (TRILLA, 2008). Ribeiro (2009) afirma que a escola não é a única agência de letramento, outros espaços também têm essa função, como a família, a comunidade, a igreja, ou mesmo o ciberespaço, contexto em que se dá a discussão do objeto desta pesquisa.

Há algumas décadas, acompanhamos o mundo digital inserir a humanidade em um novo contexto, estabelecendo novas práticas culturais, sociais, educacionais. Lévy (1996; 1999) nos apresenta conceitos como “inteligência coletiva”, “cibercultura” e “aprendizagem colaborativa”, que surgem a partir dessa nova realidade digital e ampliam os horizontes de acesso à informação. A rede se tornou uma gigantesca biblioteca e a distância entre o sujeito e o conhecimento se reduziu a um clique.

Nesse contexto, a escola e o professor deixaram de ser a representação absoluta do saber, inaugurando um novo fazer pedagógico, que oportuniza ao aluno o protagonismo do seu aprendizado. Hoje, os estudantes, não só têm acesso irrestrito às informações, como também as produzem, as compartilham, debatem entre si, refletem e constroem o próprio discurso. Nesse sentido, qual seria o lugar do conhecimento? Existe um? Freire (1996), em *A Pedagogia da Autonomia*, afirma que ensinar é criar possibilidades para a produção e construção do conhecimento e, sabemos, isso pode ser feito em uma sala de aula tradicional, embaixo de uma árvore, e, na atualidade, nas redes sociais digitais.

No mundo conectado, o jovem vem deixando o lugar de espectador, para se tornar sujeito ativo no cenário político brasileiro, envolvendo-se, opinando, participando de páginas de coletivos, organizações estudantis. Assim, percebe-se, nas redes sociais digitais, um promissor polo de letramento, um espaço que oportuniza não só o acesso dos jovens a informações e dados, mas, também permite que, munidos dessas informações, se relacionem, discutam, intercambiem ideias e ampliem sua habilidade de interagir politicamente. Sob essa ótica, presenciamos as redes sociais se transformarem em mais que espaços de entretenimento e interação; em espaço de construção de conhecimento. As redes sociais digitais tornaram-se esferas públicas (HABERMAS, 2003), abertas ao debate de questões políticas; espaços formativos, e a relação dos jovens com esse novo lugar é orgânica e acelerada.

Dentro desse contexto, a questão que orienta este estudo é: Como os debates nas redes sociais potencializam o letramento político das juventudes? Como objetivo principal, esta pesquisa propõe: compreender como os debates nas redes sociais digitais potencializam o letramento político das juventudes.

A partir desse objetivo, surgem as seguintes ações específicas: conhecer as formas de sociabilidade e interação das juventudes nas redes sociais digitais, tomando-as como potencial pedagógico e espaço de educação informal para o letramento político; identificar, nos debates que os jovens constroem nas redes sociais digitais, marcas discursivas que revelem letramento político; discutir com os sujeitos sobre a relevância que a educação formal atribui (ou não) aos letramentos políticos que eles constroem nas redes.

Com o objetivo de compreender melhor o fenômeno a ser analisado, foi realizada uma pesquisa exploratória em páginas de mídias alternativas e tradicionais para subsidiar a criação de um questionário virtual, que será aplicado em páginas de coletivos no Facebook, com a intenção de embasar a definição dos sujeitos de pesquisa. Tomaremos como sujeitos desta pesquisa quatro jovens baianos, com idade entre 14 e 24 anos, secundaristas e universitários. Posteriormente, será utilizada a entrevista semiestruturada, com o objetivo de investigar o envolvimento social e a participação política dos jovens em interação, a partir de suas postagens e comentários no Facebook, que servirão de corpus de análise dessa pesquisa.

A rede selecionada para o estudo é o Facebook que, atualmente, ocupa o primeiro lugar em número de acessos no mundo, segundo dados do Portal Statista (2016). Como caminho metodológico de uma pesquisa de campo qualitativa, inspirada nos princípios da Netnografia (KOZINETS, 1997), serão repertoriados os percursos conceituais e principais referências sobre letramento político, sobre as formas de sociabilidade e interação entre os jovens, mediados pelo Facebook, e a crescente participação política da juventude nos debates

suscitados nesse locus.

2 REDES SOCIAIS E CONEXÕES PLANETÁRIAS

As redes sociais sempre existiram. São estruturas compostas por pessoas ou organizações que compartilham dos mesmos valores, possuem objetivos comuns. As comunidades pré-modernas já possuíam conexões sociais. Para Recuero (2009), uma rede social é constituída por dois elementos: atores e suas conexões, seus laços sociais. Uma rede seria, então, uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir dos laços estabelecidos entre os diversos atores.

A principal diferença entre as redes sociais pré-modernas e as redes sociais contemporâneas é a Internet, que permitiu que pessoas recebessem mensagens de seu grupo social em tempo real, mesmo estando do outro lado do mundo. Permitiu que coletivos se formassem mesmo a longas distâncias, oportunizando a criação de uma conexão planetária, via redes de inteligência coletiva (SILVA; CORREIA; LIMA, 2010). A conectividade possibilitou, assim, a aproximação de pessoas por interesse e não apenas por território.

Uma das primeiras mudanças importantes detectadas pela comunicação mediada por computador nas relações sociais é a transformação da noção de localidade geográfica das relações sociais, embora a Internet não tenha sido a primeira responsável por esta transformação. O processo de expansão das interações sociais começa com o surgimento dos meios de transporte e de comunicação, como assinala McLuhan (1964). O início da aldeia global é também o início da desterritorialização dos laços sociais (RECUERO, 2009, p.135).

As redes sociais digitais potencializaram esse processo de desterritorialização dos laços, suscitando novas formas de participação e interação, como passeatas online, transmissão ao vivo de debates, fórum de discussão em tempo real. Hoje, basta um celular conectado para que se inicie um ato político.

Emerge desse cenário a mídia livre, que, segundo Leal Filho (2008), representa o "quinto poder". É o caso da Mídia Ninja, uma rede descentralizada de mídia alternativa, com atuação em mais de 250 cidades no Brasil. Sua abordagem é conhecida pelo ativismo sociopolítico, sendo uma alternativa à imprensa tradicional. Nascida e fortalecida no seio das redes sociais digitais, a Mídia Ninja é um exemplo, entre tantos outros, que expõe um protagonismo juvenil com mediação tecnológica, jamais visto na comunicação política, ascendendo uma juventude mais atuante, que assume um papel não apenas de participação, mas de fiscalização e denúncia.

3 JUVENTUDE PÓS-MODERNA E O LETRAMENTO POLÍTICO

Para compreender a relação dos jovens com as redes sociais é necessário elucidar, a priori, o conceito de juventude no contexto da Pós-modernidade. No período moderno, a condição de juventude era associada principalmente a uma fase da vida. Os jovens eram identificados como tal a partir de características do plano biológico e temporal. Na pós-modernidade, o olhar sobre a juventude alcança novas perspectivas, deixando de considerá-la a partir de um conceito fixo. Multiplicam-se as identidades móveis e nômades (CANEVACCI, 2005), surgem novos modos de ser jovem, diferentes daqueles postulados na Modernidade.

Pais (1990), em seus trabalhos sobre a sociologia da juventude, afirma que, apesar de, nas representações correntes da juventude, os jovens serem tomados como parte de uma cultura juvenil unitária, é preciso ampliar as lentes de análise para contemplar as dimensões plurais que compõem esses sujeitos.

A questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo),

mas também, e principalmente, as diferenças sociais que entre eles existem (PAIS, 1990, p.140).

Neste estudo, o jovem é entendido como sujeito pós-moderno (Hall, 2002), diverso, múltiplo, com identidades fragmentadas e em constante construção. Considerando a pluralidade desses jovens, é preciso compreender que as formas de aprendizagem também são múltiplas, o que postula questionamentos sobre formatos de currículos e metodologias padrões, encaixotadas em marcos tradicionais de ensino, que não levam em conta os contextos sociais e culturais diversos do sujeito aprendiz.

Nesse sentido, trazemos o conceito de letramento, referenciado em Soares (2016) como “[...] um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais” (SOARES, 2016, p. 75).

Para Soares, o sistema escolar estratifica e codifica o conhecimento, desconhecendo as habilidades e práticas de letramento que acontecem fora do contexto escolar. Street (2014) defende o modelo ideológico do letramento, que abarca a interação social entre indivíduos e considera sua participação ativa em um mundo de sociedades e culturas diversas. Segundo ele, a verdadeira natureza do letramento são as formas que as práticas de leitura e escrita concretamente assumem em determinados contextos sociais.

Nesse caminho, Rojo (2012) nos apresenta os multiletramentos. O prefixo *multi* traz ao letramento uma conotação ampla e diversa, que inclui a diversidade de linguagens, de mídias, de culturas, inerentes ao mundo contemporâneo e ao jovem pós-moderno.

Dentro dessa mesma linha de abordagem, chegamos ao letramento político, que Rildo Cosson (2015, p. 81) define como um “[...] processo de apropriação das práticas sociais relacionadas ao exercício da política”. Para o autor, essa apropriação exige um movimento em direção a algo que está fora de nós e que desejamos incorporar, mas que, ao fazê-lo, o modificamos. “A apropriação das práticas sociais feitas como letramento político conduz a uma transformação que é simultaneamente dos indivíduos, dessas práticas e, por meio de ambos, da comunidade em que todos se inserem” (COSSON, 2015, 80).

Assim, ao falarmos de letramento político busca-se mais que compreender questões basilares e técnicas sobre o fazer político, como filiação a um partido, participação em campanhas como militantes ou engajamento eventual em alguma causa específica. Trata-se de uma compreensão tanto das relações de poder institucionalizadas pelo Estado quanto das relações cotidianas, nos diversos espaços sociais, como em casa, no trabalho, na igreja, no círculo de amigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos, com esta pesquisa, suscitar reflexões acerca das novas práticas sociais, culturais e educacionais que surgem no contexto das TIC, e sobre o novo fazer pedagógico e protagonismo juvenil que advêm desse contexto. Pretendemos provocar discussões sobre como a educação política das juventudes acontece em espaços informais de ensino e aprendizagem, destacando, principalmente, a construção de saberes relacionados aos conceitos de participação e democracia, e a habilidade de interagir politicamente.

A pesquisa se faz atual e relevante na medida em que poderá contribuir com o reconhecimento e valorização dos aprendizados oriundos de espaços informais de ensino, mas, sobretudo, para a compreensão dos processos de letramento político, mediados pelo Facebook.

Este estudo encontra-se em fase inicial. A pesquisa exploratória, que embasou a construção do questionário virtual foi finalizada. O próximo passo é a construção do dispositivo metodológico e sua aplicação em páginas de coletivos no Facebook, visando a definição dos quatro sujeitos da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas**: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CORREIA, A.E.G.C.; LIMA, I.F. de; SILVA, A. K. A. da; Izabel França de Lima. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, vol. 33 nº.1, p. 1-25, jan./jun, 2010.
- COSSON, Rildo. **Letramento político no legislativo**: a experiência do programa Estágio-Visita. 2015. 324f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- KOZINETS, R. **Onnetnography: initial reflectionson consumerresearchinvestigationsof cyberculture**. 1997. Disponível em: <http://www.acrwebsite.org/volumes/display.asp?id=8180>. Acesso em 02 maio 2018.
- LEAL FILHO, Laurindo. Quinto poder? Uma função para a mídia livre. FACHIN, Patrícia. **Revista Instituto Humanistas Unisinos**. Ed. 254, 14 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1712-laurindo-leal-filho>. Acesso em 17 set. 2018.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3ª Edição. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2016.
- PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude**: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Meridional: Porto Alegre, 2009.
- RIBEIRO, Ana Elisa. **Navegar lendo, ler navegando**: notas sobre a leitura de jornais impressos e digitais. Belo Horizonte: InterDitado, 2009.
- ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- STREET, B.V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo:

Parábola Editorial, 2014.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie. **Educação formal e não-formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.